



Vol. 4 nº 8 jul./dez. 2009
p. 261-275

ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DE GEOPOLÍTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

Marcos Alberto Pedroni¹
(Universidade Estadual de Maringá)

Maria das Graças de Lima²
(Universidade Estadual de Maringá)

Resumo: O objeto de estudo deste trabalho foram os conteúdos de Geopolítica de dez obras didáticas de Geografia utilizadas na Educação Básica. O objetivo foi analisar os conteúdos de cinco coleções indicadas para o Ensino Fundamental e cinco livros utilizados no Ensino Médio. Metodologicamente, estabelecemos duas categorias para o exame, que apontam a presença dos conceitos da Geografia Política e da Geopolítica nessas obras. Os resultados da pesquisa demonstram uma forte concentração de terminologias e conceitos relacionados à Geopolítica quando comparados à frequência dos termos ligados à Geografia Política. Assim, podemos afirmar que a abordagem da Geografia Política é pouco utilizada nas escolas e isso pode estar contribuindo para aumentar a dificuldade na construção do conhecimento em Geografia dos alunos que cursam o ensino básico.

Palavras-Chave: Construção do Conhecimento; Geografia; Geografia Política; Geopolítica.

ANALYSIS OF THE CONTENTS OF THE GEOPOLITICS OF GEOGRAPHY TEXTBOOKS

Abstract: The study's object of this work were the contents of Geopolitics from ten Geography books used by Basic Education. The aim was to analyse the contents of five collections listed to Elementary Education and five books used in High School. Methodologically, we establish two categories for the examination, which indicate the presence of the concepts of Political Geography and Geopolitics in such works. The survey results show a strong concentration of terminology and concepts related to Geopolitics when compared to the frequency of terms related to Political Geography. So we can say that the approach to Political Geography is little used in schools and this fact may be contributing to increase the difficulty in knowledge's construction in Geography students who attend basic education.

Keywords: Knowledge's construction; Geography; Political geography; Geopolitics.

1. INTRODUÇÃO

Ao trabalhar com o grupo de alunos surdos na Escola Modelo de Maringá – Centro Educacional para Surdos – constatamos uma grande dificuldade na efetiva construção do conhecimento quando, nas aulas, eram apresentados os conteúdos de Geopolítica. Percebíamos situações de dificuldades que representavam obstáculos didáticos das temáticas ligadas à Geopolítica. Como utilizávamos a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS³ – nas aulas de Geografia, relacionávamos as dificuldades dos alunos, nas discussões desses temas, às dificuldades apresentadas pela Língua de Sinais, vinculada à sua estrutura lingüística.

Contudo, convencidos de que os temas tratados pela Geopolítica chamariam a atenção de qualquer aluno, iniciamos a pesquisa considerando, pela compreensão que tivemos dos problemas encontrados em seu ensino, a importância da Geografia Política como pressuposto para a compreensão dos temas a ela relacionados e não a condição especial dos alunos, haja vista a dificuldade estender-se ao sistema regular de ensino e não somente os alunos surdos. Ressaltamos que nossa análise considerou o conteúdo apresentado nos livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental (3º e 4º Ciclos) e do Ensino Médio.

Investigamos se os obstáculos de conhecimento relacionados à Geopolítica não seriam decorrentes de uma hierarquização dos conteúdos, privilegiados em detrimento dos conteúdos da Geografia Política. Esta hipótese se deve ao fato de a temática Geopolítica ter sido sugerida e adotada para o ensino de Geografia, sobretudo, a partir da década de 1980, quando acontecimentos econômicos e políticos, que acometeram as décadas de 1970, 1980 e 1990, projetaram uma conjuntura mais propícia a esse debate. O tópico relacionado à Geografia Política foi relegado a um segundo plano, classificado como tradicional. Esse conhecimento, praticamente desapareceu dos livros didáticos. É o que mostraremos adiante.

A análise de coleções e livros didáticos utilizados no cotidiano das aulas de Geografia pode evidenciar a presença ou não da temática referente à Geografia Política nos conteúdos sugeridos para essas aulas; assim como, atentamos para as temáticas sugeridas para as aulas de Geografia e que estavam relacionadas à Geopolítica.

Averiguamos, portanto, nas coleções e livros didáticos se a Geopolítica superava em conteúdos a Geografia Política; fato esse que poderia explicar as dificuldades em construir os conceitos nessa área do conhecimento. Neste estudo, explicita-se também a opção de abordagem dos autores que produziram as coleções e livros didáticos; se com a Geopolítica ou com a Geografia Política.

Com base nas leituras que realizamos, e que subsidiam nossa pesquisa, e nas informações sistematizadas, identificamos categorias e conceitos utilizados por esses campos teóricos. Para abordar a Geografia Política, os termos mais utilizados nos textos que fazem referência a ela, são: países, paisagem, área, região, população, espaço geográfico, bloco econômico, etnia, cultura. Na abordagem

Geopolítica, as categorias terminológicas que mais aparecem são: Estado, nação, território, tratado, globalização e fronteira. Foram tais terminologias que nortearam o trabalho de investigação da pesquisa.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia escolhida para a realização desta pesquisa pauta-se na Análise de Conteúdos, que, na definição de Bardin (1977, p. 42), apresenta as seguintes características:

A análise de conteúdos apresenta-se como um conjunto de técnicas e de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos, alguns indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Quanto ao tipo de análise escolhida, utilizamos o método quantitativo, que se fundamenta na frequência de aparição de certos elementos da mensagem. Porém isso não nos impede de avaliarmos a presença ou ausência de outros elementos que julgamos importante para a compreensão da análise, como, por exemplo, a presença ou ausência das terminologias Geografia Política e Geopolítica não como categorias, mas como uma forma de expressão.

Realizar a investigação obedecendo às recomendações metodológicas da Análise de Conteúdos por aceitarmos essa técnica como a melhor forma para se obter informações que não estejam presentes nos textos escritos pelos autores das obras didáticas, mas que contenham indicadores capazes de fazermos inferências seguras sobre seus conteúdos.

Por esse prisma, toda Análise de Conteúdo deve seguir uma série de etapas para que se possa concluir a pesquisa ou para viabilizar as inferências. Essas etapas, por sua vez, são definidas por Freitas (2000, p. 44-48) como:

Delimitação do conteúdo ou do universo estudado. [...] Categorização: As categorias são na verdade as marcas, temas, títulos utilizadas para classificar e quantificar os conteúdos. [...] Escolha da unidade de análise. [...] Quantificação: objetiva relacionar as características dos textos ao universo estudado.

Delimitamos os conteúdos de Geopolítica presentes nas obras didáticas de Geografia e categorizamos os temas Geografia Política e Geopolítica por meio das abordagens que orientam a leitura dessas coleções e livros didáticos. Escolhemos como unidades de análise os capítulos que apresentam a Geografia e sua relação com a Política, para, em seguida, quantificar e relacionar as características apresentadas pelo texto e o universo estudado.

As obras analisadas são aquelas utilizadas no Ensino Fundamental, doravante, identificadas com a letra A e os números de um a cinco indicando cada uma das diferentes coleções. Para as que são utilizadas no Ensino Médio, a lógica é a mesma, os livros são identificados com a letra B e a sequência numérica corresponde a cada uma das obras.

Entre as obras disponíveis, alguns critérios foram definidos para orientar a escolha das coleções e livros didáticos que seriam analisados: que as edições fossem recentes (todas a partir de 2005 pelo menos); que fossem escritas por dois ou mais autores, visando abranger o maior número possível deles e que apresentassem em suas unidades de estudos ou capítulos, a preocupação com os aspectos políticos e naturais. Para tanto, as obras escolhidas e analisadas, encontram-se no Quadro 1.

<i>Conjunto das obras recomendadas para o Ensino Fundamental</i>		
<i>Coleção</i>	<i>Título</i>	<i>Autor (es) editora e ano de edição</i>
A.1	<i>Geografia: homem espaço</i>	<i>Élian Alabi Lucci, Anselmo Lazaro Branco. 20ª edição. – São Paulo: Saraiva 2005.</i>
A.2	<i>Construindo a Geografia</i>	<i>Regina Araiújo, Raul Borges Guimarães, Wagner Costa Ribeiro. 2ª edição. – São Paulo: Moderna 2005</i>
A.3	<i>Geografia Crítica</i>	<i>J. William Vesentini, Vânia Vlach. 3ª edição – São Paulo: Ática 2006.</i>
A.4	<i>Geografia do Mundo</i>	<i>Marcos Bernardino de Carvalho, Diamantino Alves Correia Pereira– 1ª ed. – São Paulo: FTD, 2006.</i>
A.5	<i>Projeto Araribá: geografia</i>	<i>Marcelo Moraes Paula, Wagner Nicaretta, Ana Paula Ribeiro. Moderna, – 1ª ed. – São Paulo: Moderna, 2006.</i>
<i>Conjunto das obras recomendadas para o Ensino Médio</i>		
<i>Livros</i>	<i>Título</i>	<i>Autor (es) editora e ano de edição</i>
B.1	<i>Geografia: ensino médio</i>	<i>João Carlos Moreira, Eustáquio de Sene. 1ª ed. – São Paulo: Scipione 2008.</i>
B.2	<i>Geografia: ensino médio</i>	<i>André Aparecido Alflen. et al. 1ª ed. – Curitiba: Icone Audiovisual, 2006.</i>
B.3	<i>Geografia geral e do Brasil</i>	<i>Élian Alabi Lucci, Anselmo lazaro Branco, Cláudio Mendonça. 3ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2005.</i>
B.4	<i>Geografia: pesquisa e ação</i>	<i>Ângela Corrêa Krajewski, Raul Borges Guimarães e Wagner Costa Ribeiro. 1ª ed. – São Paulo: Moderna, 2005.</i>
B.5	<i>Geografia Geral e do Brasil</i>	<i>Lygia Terra, Marcos de Amorim Coelho. 1ª ed. – São Paulo: Moderna, 2005.</i>

QUADRO 1 – Obras didáticas analisadas no Ensino Fundamental. Fonte: Dados da pesquisa.

A análise das unidades que compõem os capítulos das coleções e livros didáticos selecionados definiu as subcategorias principais que permitiram analisar se os conteúdos sugeridos para as aulas de Geografia pertencem à Geografia Política ou à Geopolítica. Quanto às categorias utilizadas na análise, elas foram escolhi-

das com base nas temáticas trabalhadas pela Geografia no Ensino Fundamental e Médio. Assim, as duas categorias principais, que orientaram o levantamento das terminologias e identificaram um conteúdo e outro, foram: a Geografia Política e a Geopolítica. A classificação das subcategorias, por sua vez, decorrem da leitura que fizemos dos livros didáticos, orientada pelo debate teórico existente entre os dois temas eleitos como categoria, ou seja, entre Geografia Política e Geopolítica. Para facilitar as referências, enumeramos essas subcategorias na ordem de um a quinze e sistematizamos as informações (Quadro 2).

<i>Categoria</i>	<i>Subcategorias – descrição</i>	<i>Categoria</i>	<i>Subcategorias – descrição</i>
1. G P E O O L G Í R T A I F C I A A	1.01 acordo	2. G E O P O L Í T I C A	2.01 conflito
	1.02 área		2.02 Estado
	1.03 blocos econômicos		2.03 fronteira
	1.04 cultura		2.04 guerra fria
	1.05 divisão política		2.05 globalização
	1.06 espaço geográfico		2.06 imperialismo
	1.07 formas de governo		2.07 nação
	1.08 limites		2.08 poder militar
	1.09 org. do espaço		2.09 poder político
	1.10 povo		2.10 política econômica
	1.11 país		2.11 política externa
	1.12 paisagem		2.12 posição estratégica
	1.13 população		2.13 superpotência
	1.14 região		2.14 território
	1.15 sociedade		2.15 tratado

QUADRO 2 – Categoria: Geografia Política e Geopolítica com suas subcategorias ou termos. Fonte: Dados da pesquisa.

As análises foram realizadas considerando citações em que as terminologias, eleitas como subcategorias e que se referem à relação entre política e Geografia, aparecem nos capítulos das coleções e livros didáticos de Geografia que abordam conteúdos da Geopolítica. Foram selecionados como unidades de análise, os capítulos retirados das obras didáticas já citadas anteriormente, que, direta ou indiretamente, tratam de conteúdos relacionados à configuração política dos espaços ou à ordem política mundial.

3. A GEOGRAFIA POLÍTICA E A GEOPOLÍTICA EM DEBATE

Neste debate, apresentamos os temas referentes à Geopolítica e à Geografia Política na ótica da ordem política que o mundo apresenta. O aprofundamento das leituras sobre os dois temas demonstrou que a Geografia Política está mais adequa-

da às necessidades do ensino. O papel que ocupa no processo de ensino-aprendizagem não se resume à descrição quantitativa acerca das características de uma área geográfica localizada na superfície terrestre, ocupada por um determinado povo. Sua leitura e interpretação estendem-se à história de formação do Estado Nacional e à composição social e étnica desses Estados.

Com o objetivo de esclarecer o que é Geopolítica e Geografia Política aprofundamos as leituras em autores clássicos e contemporâneos que se dedicaram à pesquisa desses temas. Entender como e por que os acordos ou rupturas políticas, econômicas, comerciais, etc acontecem ou, ainda, como são concebidas as novas configurações no mapa político do mundo, como elas podem ou não ser possíveis, pressupõe conhecimento sobre os campos conceituais relacionados à Geografia Política e a seus respectivos significados.

As obras de Friedrich Ratzel (1844-1904) e Eric Hobsbawn, historiador contemporâneo, auxiliaram na compreensão das relações entre causa e efeito nos principais conflitos entre nações, relacionando fatos históricos e geopolíticos. A compreensão de Geopolítica se dá de forma diferente entre geógrafos e historiadores. À Geografia, interessam as relações estabelecidas com base no território, e como isso é tratado pelo Estado; à História, interessam as relações entre os conflitos e guerras.

O referencial teórico utilizado pretende expor o que seja Geografia Política e Geopolítica para evidenciar, se for o caso, que o ensino de Geografia se distanciou muito do conhecimento que se entende como Geografia Política. O distanciamento deste conteúdo pode explicar seus problemas com o ensino-aprendizagem.

3.1 Geografia Política

A Geografia Política é um ramo da Geografia que se firmou com a obra *Politische Geographie* (*Geografia Política*, em português), do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, publicada em 1897. Esse estudo emergiu no processo de surgimento dos Estados Nacionais europeus quando a Alemanha constatou que fora um dos últimos países que deixaram de lado uma organização econômica, política e social com bases no feudalismo.

Para a Geografia Política o solo, de acordo com suas características, possibilitaria ou dificultaria o desenvolvimento do Estado; a ausência de recursos naturais, particularmente minerais, poderia dificultar a concepção de um Estado soberano. É a ideia de dependência das condições naturais. Ratzel expõe suas ideias em Geografia Política. Para Ratzel (*apud* COSTA, 1992, p. 33):

O homem, bem como a maior de suas obras, o Estado, não é concebido sem o solo terrestre. Quando nós falamos de Estado, designamos sempre, exatamente como no caso de uma cidade ou estrada, uma fração da humanidade, ou uma obra humana e, ao mesmo tempo, uma superfície terrestre.

Considerando a concepção ratzeliana de Geografia Política, seus conteúdos dedicam-se aos estudos da formação dos Estados Nacionais e à formação dos países na Idade Moderna. A contribuição deste autor esclareceu a formação do Estado-Nacional na realidade europeia. É o Estado uma instituição forte e centralizadora, acima da sociedade; sua unidade depende do território, da concepção política e da forma e organização do espaço geográfico.

Essa concepção ratzeliana entende a Geografia Política como estudos geográfico-políticos. Em geral, a disciplina é vista como uma disciplina descritiva, no sentido clássico. Ela estuda as relações da política com o espaço geográfico e apresenta a divisão política de um país, as subdivisões em estados confederativos, cidades, regiões, moeda, história, economia, forma de governo, área, produção econômica, recursos naturais, tratados, política internacional, dentre outras informações que caracterizam o país. Sustenta-se em dados quantificáveis de fatos que são características peculiares daquele país, região ou lugar.

Essas características e as metodologias de ensino adotadas para tratar os conteúdos da Geografia Política, sustentados em métodos convencionais de ensino, tais como aulas expositivas apoiadas em textos descritivos pertencentes à concepção clássica, contribuíram para as objeções e avaliação de um geógrafo contemporâneo a respeito da abordagem feita por essa disciplina escolar.

A grande insuficiência da geografia política tradicional – desde Ratzel até algumas obras recentes, passando por J. Gottman, J. Brunhes e C. Vallaux, Otto Maull, I. Bowman e outros – principalmente, e não apenas no referente ao tema cidade-capital, foi justamente o de não aprender a alteridade de cada situação, procurando estudá-las apenas a partir de noções genéricas e a-históricas, tais como função, sítio e situação, capitais naturais e artificiais, litorâneas e interiores (VESENTINI, 1986, p. 24).

Além do entendimento de que a Geografia Política tratava de aspectos físicos e humanos da paisagem, observou-se sua compreensão sobre as questões culturais, dando sentido às informações ou grandezas expressas em números sobre o país estudado. Portanto, sua abordagem não precisa ser como as contidas nos manuais europeus, uma espécie de livro didático da época, publicados no Brasil sobretudo nos séculos XVIII e XIX, e adotados para o ensino de Geografia nas escolas da época: descreviam, no sentido clássico do termo, os fatos geográficos descobertos pelo mundo.

As metodologias de ensino, adotadas por uma abordagem tradicional desses conteúdos expressivos a partir de 1961, imprimiram a ideia de que essas informações não eram alteradas ou atualizadas. O conhecimento que poderia dar subsídios para a abordagem dos conteúdos da Geografia Política foi retirado da formação inicial dos professores de Geografia. Referimo-nos ao conhecimento didático.

Para Costa (1992), as novas tendências da Geografia têm sugerido flexibilidade teórico-metodológica e intercâmbio permanente entre especialistas de cada

área específica. No caso da Geografia Política, essa prática tem apresentado resultados satisfatórios. Segundo esse mesmo autor, a Geografia Política desenvolve suas pesquisas num amplo e dinâmico campo multidisciplinar. A abordagem proposta pela Geografia Política vai além da ideia de informações estáticas. Ela apresenta o país por meio de seu sistema político-econômico, dos aspectos geográficos naturais, dos costumes, hábitos culturais e organizações inerentes aos grupos sociais destes países, dentre um número imenso de informações que podem ser levantadas.

Os estudos, realizados sob essa perspectiva, tratam, portanto, das características demográficas frente ao desenvolvimento de um ramo da economia, das formas de governo adotadas nos mais diferentes países do mundo e sua estabilidade política, do regime socioeconômico desses países e seu nível de desenvolvimento ou de qualquer outro fator que possa representar a expressão daquele lugar, região ou povo. Na leitura ratzeliana, visão “determinista, as influências naturais condicionam as atividades humanas; impõem suas características sobre a história. Para essa leitura de organização do espaço geográfico, a diversidade das condições ambientais explicaria, em grande parte, a diversidade de povos que ocupam a terra. Segundo Ratzel (*apud* MORAES, 1990), o homem é um ser da natureza que possui instintos, necessidades e aptidões. Essa compreensão subsidiou a concepção de “espaço vital”, veiculada na Alemanha do século XIX, e justificava as tentativas em anexar territórios ao Estado alemão.

É importante lembrar que a postura que se tem hoje em relação à Geografia Política não é a mesma que se tinha quando Ratzel escreveu suas obras. Podemos asseverar que essa postura determinista sofreu avanços significativos no que diz respeito às discussões que envolvem política e Geografia. Entretanto esses avanços não seguiram os rumos da compreensão geográfica, mas caminharam em direção a uma concepção ideológica. As concepções que outrora eram mais sistematizadas, que formulavam conceitos e teorias desse ramo do conhecimento, passam a assumir discursos geopolítico, ideológico e voltados para a formulação de estratégias globais que envolvam as grandes potências. Costa (1992) afirma que, nesse sentido, a Geopolítica representa um inquestionável empobrecimento teórico em relação à análise geográfico-política de Ratzel e tantos outros.

No entanto, uma outra leitura sobre essas informações interpretou que, nesta concepção, a sociedade é influenciada pelas condições naturais. Esta leitura, via de regra, desencadeia uma interpretação equivocada de que as condições naturais impõem-se sobre a história, visto que um povo, sob a influência de certas condições naturais, adquire determinadas características que, em outros povos, não apareceriam por estarem sob diferentes influências naturais. Por isso, é classificada como determinista. Foi esta leitura que desencadeou a utilização de metodologias inadequadas para o tratamento e abordagem de temas ligados à Geografia Política. Costa (1992, p. 33), relativiza a crítica a essa abordagem “determinista”, a leitura de que o meio físico influencia a sociedade:

[...] não se trata de um determinismo estreito meramente causal, pois, o que está em jogo é a idéia de que o solo e seus condicionantes físicos são apenas um dado geral, uma base concreta, um potencial enfim, cuja eficácia para o desenvolvimento estatal de uma nação ou de um povo, dependerá antes de tudo, de sua capacidade de transformar essa potencialidade em algo efetivo.

Mediante essas informações, foi possível perceber que os estudos da Geografia Política não se limitam a seu caráter pragmático, às descrições físicas dos países ou regiões; e nem ao seu papel de palco de sustentação dos acontecimentos Geopolíticos. Seu estudo inclui, também e particularmente, sua afirmação como disciplina científica, cujos métodos são semelhantes aos utilizados em outros domínios da Geografia Humana, e implicam, sobretudo, a análise de dados estatísticos e materiais de arquivo.

A Geografia Política estuda, simultaneamente, a maneira como as considerações geográficas têm influência na condução das políticas e a influência das decisões políticas na paisagem física e cultural. Relaciona-se ao mundo político por meio de três domínios: a formação e delimitação de Estados, a designação e execução de políticas, e as relações internacionais. É possível verificar que a abordagem acerca das relações internacionais é que foi identificada como Geopolítica. A Geografia Política é, portanto, uma caracterização dos espaços a partir de seus elementos constituintes, sejam eles naturais ou historicamente produzidos por aqueles que os ocuparam ou que atualmente os ocupam. Ela é entendida, essencialmente, como o estudo geográfico ou espacial da política.

3.2 Geopolítica

Locus das discussões políticas estabelecidas entre Estados, seus conflitos, seus tratados, globalização da economia e política, a Geopolítica é uma discussão que envolve e reflete sobre todas as nações as questões que preocupam as potências econômicas e políticas com relação à sua segurança militar e ao desempenho de seu mercado econômico.

É uma disciplina das Ciências Humanas que envolve a Teoria Política à Geografia, considerando o papel político internacional que as nações desempenham em função de suas características geográficas — como localização, território, posse de recursos naturais, contingente populacional e outros. É o estudo da estratégia, da manipulação, da ação. Estuda o Estado como organismo geográfico; a relação intrínseca entre a Geografia e o poder. Utiliza como método de análise os conhecimentos da Geografia Física e Humana para orientar a ação política do Estado.

Foi o jurista sueco Rudolf Kjéllen (1864 - 1922), seguidor das ideias de Ratzel, especialmente em relação à Geografia Política, quem pôs em evidência, por volta de 1905, em seu artigo *As grandes potências*, o termo *Geopolítica*. Nessa conjuntura da discussão mundial, as questões giravam em torno, sobretudo, dos aspectos que envolviam segurança militar. Sobre o tema, Miyamoto (1995, p. 21) escreve:

[...] Kjéllen foi o autor da teoria organicista do Estado e, de acordo com suas concepções, o Estado é um organismo vivo que apresenta, durante sua existência, diversas fases. Como qualquer ser orgânico caracteriza-se por apresentar etapas como o nascimento, o crescimento, o desenvolvimento e a senilidade.

A citação acima reporta a influência das teorias de Kjéllen para a Geopolítica. Porém essa área estratégica da Geografia, por sua vez, é sempre confundida com a Geografia Política, possivelmente porque a sua origem esteja nas ideias do próprio Ratzel.

Azevedo (1995) apresenta a diferenciação dessas áreas ao destacar a Geografia Política como uma subdivisão da Geografia. Ao seu lado, aparece a Geopolítica, com campo de ação muito próximo, embora com aspectos da ciência política. Poderíamos afirmar que, para uma boa compreensão Geopolítica do mundo, é necessária uma boa compreensão da Geografia Política. Este é o motivo de o conteúdo da Geografia Política ser sugerido para o conhecimento escolar.

A Geopolítica é vista, portanto, como dinâmica preocupada com as estratégias políticas que venham promover a obtenção de poder sobre um território, que abrigue em sua extensão recursos naturais ou que ocupe uma posição geográfica capaz de dar ao Estado administrador deste território poder. Como explica Lacoste (1988, p. 31):

Preparar-se para a guerra, seja para a luta contra outros aparelhos de Estados, como para a luta interna contra aqueles que colocam em causa do poder, ou querem dele se apossar, é organizar o espaço de maneira a ali poder agir do modo mais eficaz possível.

Assim, por referir-se à política em seu nível territorial, particularmente, naquilo que concerne ao expansionismo, à guerra entre esses Estados nacionais, à definição de fronteiras e às políticas territoriais de maneira geral, a Geopolítica nem sempre é vista como um ramo da Geografia Humana. Ela sustenta-se sob bases cartográficas e, embora ocorra na esfera política (Estado, território, fronteira, nação, país, e política), apoia-se nas questões físicas. Assim, alguns povos acirraram suas lutas pela posse territorial.

A Geopolítica deve ser entendida, ainda, como o aspecto ideológico da Geografia Política, responsável pela compreensão das relações recíprocas que se estabelecem entre o poder político nacional instituído, que costumamos chamar de Estado, e o espaço geográfico onde ele se institui, que denominamos de território.

A informação fornecida pela Geografia Política pode ser levantada pelos alunos a partir de atividades que estimulem essa pesquisa didática. A Geopolítica é, portanto, a consideração das informações fornecidas pela Geografia Política, atualizadas e lidas a partir dos conflitos e guerras, sejam eles de quaisquer procedências.

A Geopolítica faz parte das relações políticas estabelecidas entre as diversas

nações. É de interesse da instituição Estado e, por isso mesmo, um instrumento a serviço do poder e não uma ciência neutra ou desinteressada. Trata-se de uma questão ideológica, o que talvez justifique os problemas encontrados com o processo de ensino-aprendizagem.

4. RESULTADOS

Apresentamos os resultados a partir da somatória de todas as subcategorias escolhidas.

<i>Categorias</i>	<i>Níveis de Ensino</i>	<i>Nº total da frequências</i>	<i>% de frequências</i>
<i>Geografia</i>	<i>Ensino Fundamental</i> 734	1.076	32,44
<i>Política</i>	<i>Ensino Médio</i> 342		
<i>Geopolítica</i>	<i>Ensino Fundamental</i> 1.070	2.240	67,56
	<i>Ensino Médio</i> 1.170		
<i>Total</i>		3.316	100

QUADRO 3 – Participação das subcategorias, de acordo com as categorias a que pertencem. Fonte: Dados da pesquisa.

Comparando a frequência em que a somatória de todas as subcategorias escolhidas para a análise aparece no conjunto das obras investigadas, temos uma vantagem muito grande a favor daquelas que se agrupam à categoria Geopolítica. Para melhor visualização desses dados utilizamos um gráfico de barras (Gráfico 1).

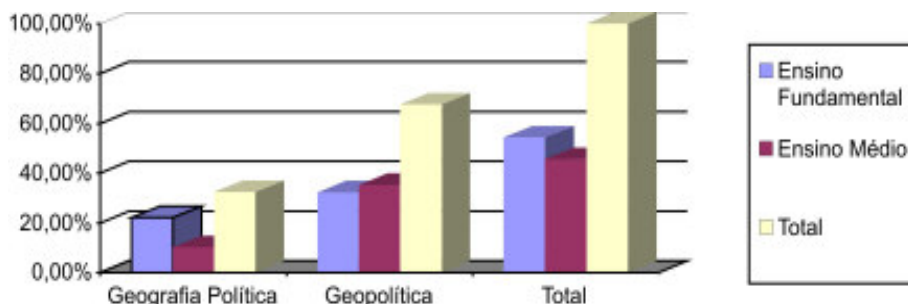


GRÁFICO 1 – Totalização dos dados. Fonte: Dados da pesquisa. Fonte: Dados da pesquisa.

Em 68% das vezes que se empregam, nas obras analisadas, terminologias para abordar discussões ou reflexões que compreendem a Geografia e sua relação com a política, aparecem os termos geopolíticos. São utilizadas para tais discussões, as subcategorias classificadas como pertencentes aos conteúdos que assu-

mem um caráter ideológico, dinâmico e estratégico. Portanto, componentes da categoria Geopolítica. Para melhor compreensão desses números passamos a observar os resultados separadamente, de acordo com as categorias estabelecidas e com o nível de ensino.

4.1 Resultados da Categoria Geografia Política

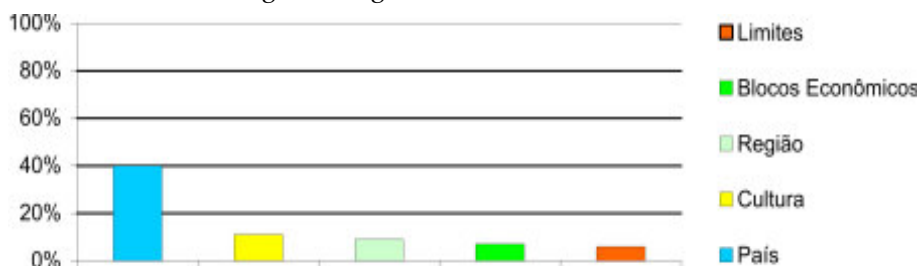


GRÁFICO 2 – Participação geral das subcategorias ligadas à categoria Geografia Política nas obras do Ensino Fundamental. Fonte: Dados da pesquisa.

Verificamos, nesses dados, que 536, das 734 subcategorias registradas, ou seja, 73% da frequência das subcategorias que compõem a categoria Geografia Política nas obras didáticas utilizadas no Ensino Fundamental, correspondem às cinco seguintes: 1.11 *país* (289 vezes), 1.04 *cultura* (79 vezes), 1.14 *região* (65 vezes), 1.03 *blocos econômicos* (53 vezes) e 1.08 *limites* (50 vezes). O restante, 198 ou 27%, distribui-se nas outras dez subcategorias alinhadas à categoria Geografia Política.

É interessante destacar o fato de que algumas terminologias que contribuem com a caracterização dos espaços políticos, apresentadas nas obras analisadas, não fazem parte do grupo das subcategorias mais frequentes na análise. Terminologias como: 1.12 *paisagem*, 1.14 *região*, 1.09 *organização do espaço*, 1.06 *espaço geográfico* e outras que são utilizados nos textos de Geografia, ou que se constituem como categorias principais da ciência geográfica, não são utilizadas com frequência por esses autores das obras didáticas.

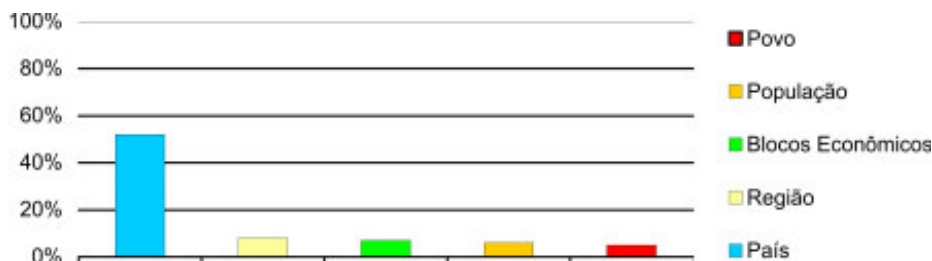


GRÁFICO 3 - Participação geral das subcategorias ligadas à categoria Geografia Política nas obras do Ensino Médio. Fonte: Dados da pesquisa.

No Ensino Médio, das quinze subcategorias que compõem a categoria Geografia Política, cinco delas, ou seja: 1.11 *país* (179 vezes), 1.14 *região* (26 vezes), 1.13 *blocos econômicos* (22 vezes), 1.13 *população* (20 vezes) e 1.10 *povo* (18 vezes), somam 275 participações ou quase 80% dos registros encontrados nos cinco livros didáticos analisados. As demais dez subcategorias registram 76 frequências ou pouco mais de 20% deste total.

Essa baixa frequência de algumas subcategorias, associada à ausência de outras nos faz supor que esses autores consideram a Geografia Política sem importância para a construção do conhecimento geográfico. Talvez eles não tenham considerado que as ideias de Ratzel possam ser lidas não somente por este prisma de informações estáticas, em que pese a visão de que os elementos que compõem o espaço político não se alteram, mas, é possível sim, considerar que os princípios e leis formuladas por esse autor clássico da Geografia podem ser lidos de uma maneira que leve em conta o aspecto dinâmico da Geografia Política.

Essas duas constatações, ou seja, essa carência e essa baixa frequência, podem ser apontadas como falhas no processo ensino-aprendizagem da Geografia, uma vez que, a maioria dos profissionais do Ensino Fundamental e Médio, em suas aulas, utilizam somente o livro didático como fonte de pesquisa.

Tais constatações nos fornecem indicativos bastante fortes, que sugerem pouca atenção para com a Geografia Política nos livros didáticos da Educação Básica, contribuindo, mais ainda, para afirmarmos a existência de um abandono de conteúdos essenciais à compreensão da ordem política mundial e, conseqüentemente, da Geografia como um todo, já que ela não se faz sem seus conceitos elementares. É o que nos aponta Corrêa (1995, p.16):

Como ciência social, a geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos-chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território.

Desses cinco conceitos elementares, somente o conceito de território não faz parte do rol de termos que elegemos para compor a categoria Geografia Política, embora ele seja uma terminologia mais frequente na Geografia do que nas Ciências Sociais.

4.2 Resultados da Categoria Geopolítica



GRÁFICO 4 – Participação geral das subcategorias ligadas à categoria Geopolítica nas obras do Ensino Fundamental. Fonte: Dados da pesquisa.

Observamos, no gráfico do Ensino Fundamental, que as subcategorias alinhadas à categoria Geopolítica, mais frequentes no conjunto das obras didáticas destinadas a este nível de ensino são: 2.02 *Estado* (271 vezes), 2.14 *território* (251 vezes), 2.03 *fronteira* (187) (vezes), 2.01 *conflito* (71 vezes) e 2.05 *globalização* (60 vezes), as quais somam 840 ou aproximadamente 80% dos registros de frequência analisados. As dez outras contam 230 frequências que correspondem a 20% da análise.

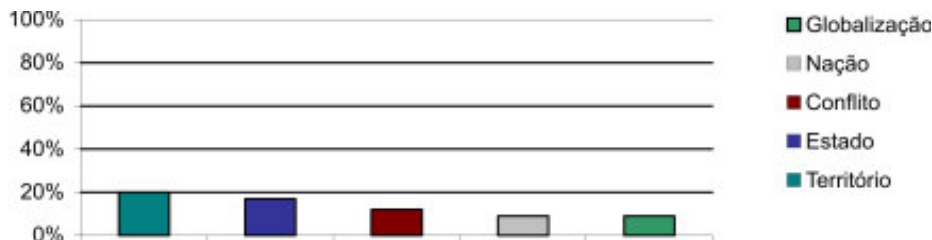


GRÁFICO 5 – Participação geral das subcategorias ligadas à categoria Geopolítica nas obras do Ensino Médio. Fonte: Dados da pesquisa.

As subcategorias alinhadas à categoria Geopolítica que mais aparecem na análise do conjunto das obras didáticas destinadas ao Ensino Médio são: 2.14 *território* (212 vezes), 2.02 *Estado* (201 vezes), 2.01 *conflito* (144 vezes), 2.07 *nação* (108 vezes) e 2.05 *globalização* (107 vezes). Estas subcategorias registram 772, ou 68% de participação na análise da categoria, restando 398 registros ou 32% para as dez subcategorias restantes.

O fato que pode justificar a presença maior das subcategorias Geopolíticas em todas as obras analisadas pode estar ligado à interpretação que os autores têm em relação à Geopolítica. É possível que eles a tomem como um contraponto da visão *estática*, gerada pela leitura determinista da Geografia Política, procurando torná-la *dinâmica* e preocupada com as ações estratégicas que promovam discussões ao redor das relações de poder que se estabelecem entre e inter espaços Fica,

portanto, a questão para o debate: por que não resgatar a Geografia Política que, afinal, sempre desvendou as Geopolíticas?

6. REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, A. de. A geografia a serviço da política. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 21, p. 42 - 68, 1995.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Edições 70, 1977.
- BECKER, B. K. A Geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, ano 50, n. especial, t. 2, p. 99 - 126, 1988.
- COSTA, W. M. da. **Geografia política e geopolítica**: discurso sobre o território e o poder. São Paulo: Hucitec, 1992.
- CORRÊA, R. L. Espaço: Um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- FREITAS, H. M. R. de. **Análise léxica e análise de conteúdos**: técnicas complementares, sequenciais e recorrentes para exploração de dados qualitativos. Porto Alegre: Sphnix; Editora Sagra Luzzatto, 2000.
- LACOSTE, Y. **A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Trad. Maria Cecília França. Campinas, SP: Papyrus, 1988.
- MIYAMOTO, S. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- MORAES, A. C. R. **Ratzel**. São Paulo: Ática. 1990.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, 1977. p. 81 – 99.
- VESENTINI, J. W. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ática 1986. (Ensaio 124).

NOTAS

1 Professor efetivo da disciplina de Geografia da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Aluno do Programa de Pós- Graduação em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática na Universidade Estadual de Maringá. E-mail: marpedroni@gmail.com.

2 Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: mariagr.lima@uol.com.br.

3 A Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS é uma língua utilizada pela comunidade surda do Brasil, que foi oficialmente reconhecida por meio da Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Sua estrutura linguística é diferente da língua Portuguesa.

Recebido em: 16/07/2009.

Aprovado para publicação em: 04/11/2009.